



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 5ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11.06.1992
Data de instalação	12.11.1992
Data da última correição	21 a 24.08.2017
Período de correição	27 a 30.08.2018

Aos 27 de agosto de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, relativos ao período de 21.08.2017 a 26.08.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 020/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor foi recebido pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Titular da Vara, Paulo Henrique Tavares da Silva, pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Substituto Permanente, Francisco de Assis Barbosa Júnior, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos



fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de 1º.08.2017 a 31.07.2018 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Paulo Henrique Tavares da Silva	23.04.2012 – ATO TRT GP Nº 85/2012

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	03.08.2017 a 1º.09.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 13752/2017	28.09.2017 a 28.09.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 13200/2017	28.09.2017 a 29.09.2017	2
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14183/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	2
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	15.05.2018 a 31.05.2018	17
Férias	Ato TRT SCR Nº 044/2018	19.07.2018 a 31.07.2018	13
<b>Total</b>			<b>65</b>

#### 1.1.2 Magistrado Substituto fixo (Fonte: SUAP)

Juiz Substituto	Fixação na Unidade
Francisco de Assis Barbosa Júnior	30.01.2017 - ATO TRT GP Nº 12/2017

#### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Magistrado Substituto fixo (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/16	18.09.2017 a 17.10.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14183/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	2
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	23.10.2018 a 21.02.2018	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 1687/2018	27.02.2018 a 02.03.2018	4
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	05.03.2018 a 03.04.2018	30



<b>Total</b>	<b>96</b>
--------------	-----------

## 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

## 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **16** servidores:

<b>Servidor</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Data lotação</b>
Alex Carneiro da Cunha Nóbrega	Técnico Judiciário – Assistente IV	12.12.1990
Edivaldo Ferreira Pacheco Filho	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	23.04.2012
Fernando Guerra Ribeiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	28.05.2012
Francisco de Assis Meireles da Silva	Técnico Judiciário – Assistente IV	28.01.1992
Germana da Paz Gomes da Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º.08.2003
Gilson Avellar Dantas	Analista Judiciário	1º.08.2003
Jucieudes Antônio Dos Santos	Analista Judiciário – Assistente II	13.12.2016
Leopoldino Maia Paiva	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	20.08.2012
Maria das Graças Pereira Vilar	Técnico Judiciário – Assistente III	04.04.1997
Maria Zeneide Fernandes de Queiroga	Técnico Judiciário – Assistente IV	19.04.1993
Maurício Barbosa de Lira	Técnico Judiciário	29.11.2017
Newton Roberto Mota	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	26.04.2012
Osoísa Queiroga Rosado Maia de Vasconcelos	Técnico Judiciário – Assistente IV	06.10.2008
Rachel Maria Henriques Ribeiro	Técnico Judiciário – Assistente III	19.04.1993
Sheila Oride Braga de Lucena	Analista Judiciário – Assistente III	24.09.2012
Sílvia de Fátima Fernandes Aguiar	Técnico Judiciário	11.07.2017



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no SUAP e, no PJe, por tarefas, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31.07.2018, um acervo processual de **3.594** processos:

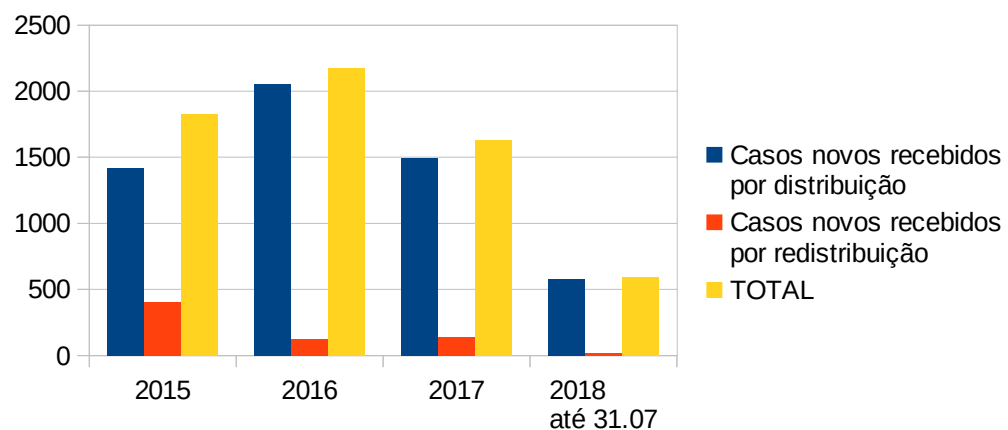
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.625
Fase de liquidação	140
Fase de execução	1.795
Cartas precatórias e de ordem	34

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos recebidos por distribuição	1.418	2.054	1.492	576
Casos novos recebidos por redistribuição	406	124	141	17
<b>TOTAL</b>	<b>1.824</b>	<b>2.178</b>	<b>1.633</b>	<b>593</b>

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **490**; em 2016, **601**; em 2017, **546** e até 31.07, **328** processos.





### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.07
Aguardando a 1ª sessão de audiência	253	290	100	119
Aguardando o encerramento da instrução	393	509	336	158
Aguardando a prolação de sentença	118	55	15	31
<b>Total</b>	<b>764</b>	<b>854</b>	<b>451</b>	<b>308</b>

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	1.506	2.012	2.014	1.625	33,60%	0,09%	-19,31%
Fase de liquidação	84	254	196	140	202,38%	-2,83%	-28,57%
Fase de execução	1.143	1.396	1.753	1.795	22,13%	25,57%	2,39%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

## 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE



### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de terça a sexta-feira.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

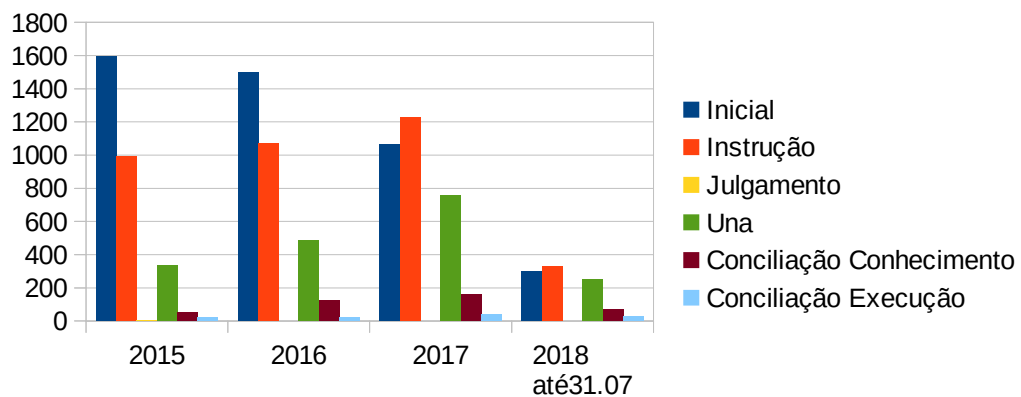
Rito Sumaríssimo	12.09.2018	RTSum 0000740-28.2018.5.13.0005
Rito Ordinário	12.09.2018	RTOrd 0000741-13.2018.5.13.0005
Audiência de instrução	17.10.2018	RTOrd 0000491-77.2018.5.13.0005

#### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

#### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

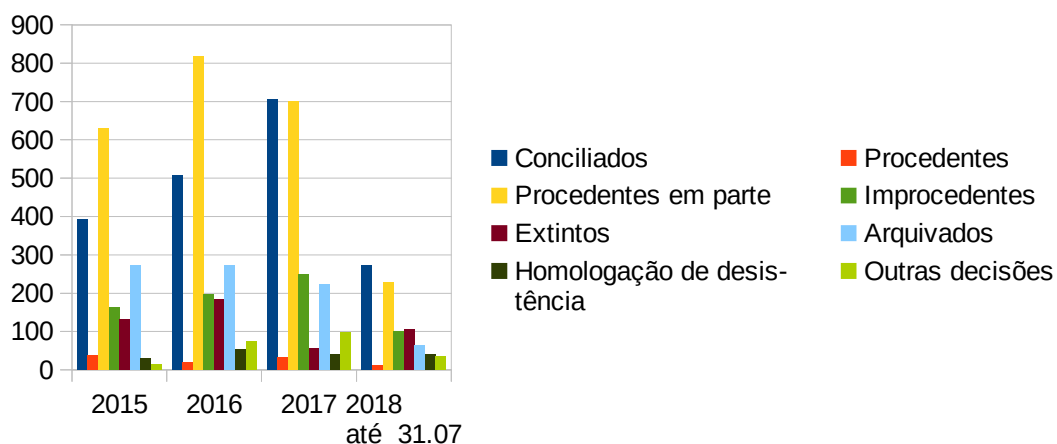
Item	2015	2016	2017	2018 até31.07
Inicial	1.596	1.498	1.064	298
Instrução	995	1.071	1.227	327
Julgamento	3	-	-	-
Una	333	490	755	251
Conciliação Conhecimento	55	122	160	71
Conciliação Execução	20	21	39	26
<b>TOTAL</b>	<b>3.002</b>	<b>3.202</b>	<b>3.245</b>	<b>973</b>





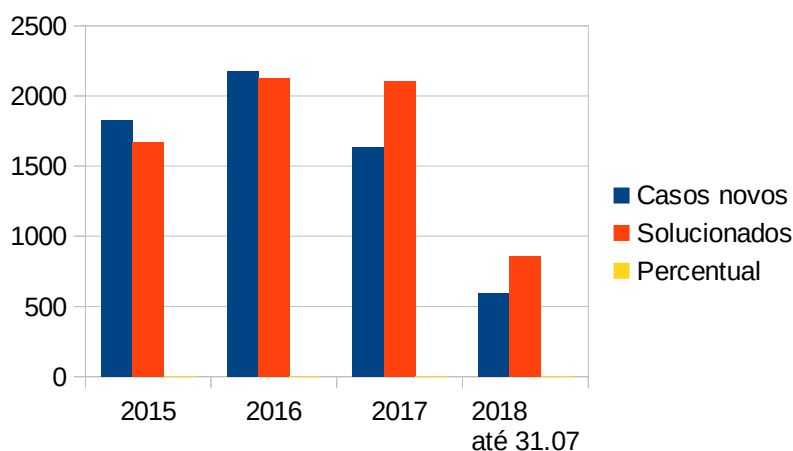
### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Conciliados	393	509	705	274
Procedentes	37	20	32	12
Procedentes em parte	630	818	701	228
Improcedentes	162	198	250	101
Extintos	133	183	55	105
Arquivados	274	273	224	63
Homologação de desistência	29	53	39	41
Outras decisões	13	75	97	36
<b>TOTAL</b>	<b>1.671</b>	<b>2.129</b>	<b>2.103</b>	<b>860</b>



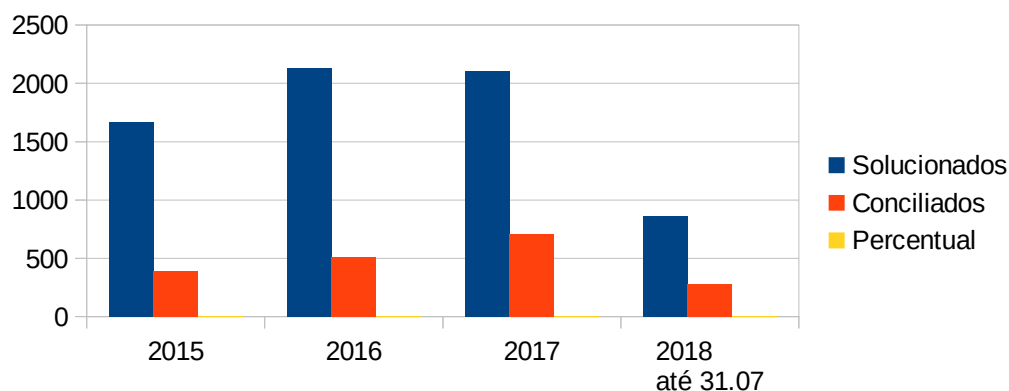
#### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos	1.824	2.178	1.633	593
Solucionados	1.671	2.129	2.103	860
<b>Percentual</b>	<b>91,61%</b>	<b>97,75%</b>	<b>128,78%</b>	<b>145,02%</b>



### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Solucionados	1.671	2.129	2.103	860
Conciliados	393	509	705	274
<b>Percentual</b>	<b>23,51%</b>	<b>23,90%</b>	<b>33,52%</b>	<b>31,86%</b>



### 3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito						Sem exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistências/ Outras decisões	
<b>Paulo Henrique Tavares da Silva</b>	212	7	280	69	1	-	63	32	58	<b>722</b>
<b>Francisco de Assis</b>	258	12	123	116	6	1	78	17	67	<b>678</b>





Barbosa Júnior .										
Aécio Pereira de Lima Filho	-	-	-	3	-	-	-	-	-	<b>3</b>
Albérico Pereira de Lima Filho	-	-	5	1	-	-	-	-	-	<b>6</b>
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	12	-	-	-	-	-	2	-	-	<b>14</b>
Ana Paula Cabral Campos	10	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>10</b>
Clóvis Rodrigues Barbosa	9	4	15	7	-	-	7	-	-	<b>42</b>
Flávia Roberta F. da Costa Assunção	7	1	11	7	-	-	3	1	-	<b>30</b>
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	-	-	3	-	-	-	-	-	-	<b>3</b>
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	-	8	1	-	-	-	2	-	<b>11</b>
Joliete Melo Rodrigues Honorato	3	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>3</b>
Lindinaldo Silva Marinho	4	-	23	11	-	-	-	-	-	<b>38</b>
Luiz Antônio Magalhães	1	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Rodrigo Anderson F. Oliveira	-	-	8	2	-	-	-	-	-	<b>10</b>

No período correccionado, o Juiz Titular laborou **301** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **2,4** processos/dia. O Juiz substituto fixo laborou **262** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **2,59** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar a média de produção.

**3.3.1 Incidentes julgados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à Arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Paulo Henrique Tavares da Silva	147	91	35	73	-	1	<b>347</b>
Francisco de Assis Barbosa Júnior .	61	43	6	48	-	3	<b>161</b>
Aécio Pereira de Lima Filho	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Albérico Pereira de Lima Filho	7	-	-	-	-	-	<b>7</b>
Clóvis Rodrigues Barbosa	5	-	-	1	-	-	<b>6</b>
Flávia Roberta F. da Costa Assunção	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Joliete Melo Rodrigues Honorato	1	-	-	-	-	1	<b>2</b>
Lindinaldo Silva Marinho	14	-	-	-	-	-	<b>14</b>

**3.3.2 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

<b>PAULO HENRIQUE TAVARES DA SILVA</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		431	
	Instrução		390	
	Una		195	
	<b>Total</b>		<b>1.016</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		61
		Fase de execução		22
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>1.099</b>	



### 3.3.3 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA JÚNIOR			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO			
	Inicial	285	
	Instrução	327	
	Una	226	
	<b>Total</b>	<b>838</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento	21
		Fase de execução	10
	<b>Total de audiências realizadas</b>	<b>869</b>	

### 3.4 Índice de congestionamento

#### 3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	923	2.191	1.820
Casos novos de conhecimento	1.418	2.054	1.464
Casos pendentes de conhecimento	1.506	1.158	990
<b>Taxa de congestionamento</b>	<b>68%</b>	<b>32%</b>	<b>26%</b>

#### 3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	198	246	721
Casos novos de execução	225	503	719
Casos pendentes de execução	1.143	979	1.280
<b>Taxa de congestionamento</b>	<b>86%</b>	<b>83%</b>	<b>64%</b>

**3.5 Incidentes Processuais** (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.07
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	243	249	258	142
	Baixados	200	242	252	166
	<b>Pendentes</b>	<b>43</b>	<b>41</b>	<b>43</b>	<b>18</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	163	523	234	101
	Baixados	302	420	206	81
	<b>Pendentes</b>	<b>62</b>	<b>37</b>	<b>6</b>	<b>16</b>
<b>Impugnação à sentença de liquidação</b>	Recebidos	30	42	44	50
	Baixados	27	29	29	37
	<b>Pendentes</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>29</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	114	115	186	78
	Baixados	112	78	148	90
	<b>Pendentes</b>	<b>16</b>	<b>52</b>	<b>77</b>	<b>47</b>
<b>Embargos à adjudicação</b>	Baixados	-	-	-	1
	<b>Pendentes</b>	-	-	-	1
	<b>Pendentes</b>	-	-	-	-
<b>Exceções de pré-executividade</b>	Recebidos	42	11	12	1
	Baixados	26	10	10	1
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	-	<b>2</b>	<b>1</b>

Recomenda a Corregedoria Regional que a Unidade execute plano de trabalho para redução do número de incidentes pendentes de decisão.

**3.6 Recursos interpostos**

PERÍODO: 1º a 31.07.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	59	50	1	4	<b>41</b>
Recurso adesivo	1	1	-	-	<b>4</b>
Agravo de petição	5	5	-	-	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>56</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>54</b>



Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Execuções pendentes	833	978	1.181	1.530
Execuções iniciadas	225	504	912	506
Recebidos de outros Órgãos	2	3	9	3
Execuções encerradas	175	246	498	480
Remetidos a outros Órgãos	17	7	14	1
Processos arquivados provisoriamente	60	76	200	204
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>978</b>	<b>1.181</b>	<b>1.530</b>	<b>1.633</b>

### 3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Recebidas	149	137	118	50
Devolvidas	132	139	118	80
Pendentes de devolução	114	116	64	34

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	48,65	44,52	56,86
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	55,46	61,72	45,03
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	21,14	28,90	15,35



Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	78,09	121,90	126,37
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	61,73	70,99	67,27
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	122,65	155,52	169,37
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	19,18	14,71	12,22
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	13,7	13,18	15,8
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	67,55	75,03	74,61
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	137,63	157,13	173,01

#### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017: 75** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **180** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **152** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **75** dias para o rito sumaríssimo e de **161** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **140** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	15,33	21,13	23,59



Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	20,02	26,4	52,1
--	-------	------	------

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	590,65	921,55	1.100
Do início ao encerramento da execução – ente público	367	851,22	427,39

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **1.193** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **654** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **767** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **1.038** dias para o rito sumaríssimo e **864** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **891** dias para os dois ritos.

#### 5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.07
<b>Acordo</b>	SUAP (legado)	4.433.907,66	-	-	-
	PJe	1.182.307,57	3.366.918,33	5.687.056,78	2.531.392,17
<b>Espontâneo</b>	SUAP (legado)	1.087.666,54	1.645.816,84	39.063,44	715.122,50
	PJe	184.823,22	1.043,00	3.261.147,38	1.962.709,10
<b>Execução</b>	SUAP (legado)	2.995.460,82	3.222.710,50	2.297.961,26	949.175,73
	PJe	-	375.997,34	2.239.026,44	2.676.728,25
<b>TOTAL</b>		<b>9.884.164,81</b>	<b>9.654.517,52</b>	<b>13.880.255,30</b>	
ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2015	2016	2018



					até 31.07.18
<b>Custas processuais</b>	SUAP (legado)	257.237,36	77.768,93	23.225,55	7.583,34
	PJe	37.033,46	202.855,50	237.978,91	140.603,64
<b>Contribuição previdenciária</b>	SUAP (legado)	1.575.631,54	1.487.481,55	830.792,20	197.724,42
	PJe	16.986,65	304.392,27	1.156.888,41	1.110.732,04
<b>Imposto de renda</b>	SUAP (legado)	174.091,57	175.969,64	13.144,93	23.520,81
	PJe	-	-	56.715,92	27.603,32
<b>Emolumentos</b>	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe	-	-	-	1.647,43
<b>TOTAL</b>		<b>2.060.980,58</b>	<b>2.248.467,90</b>	<b>2.318.745,92</b>	<b>1.509.415,00</b>
<b>Custas processuais dispensadas</b>	SUAP (legado)	232.880,59	22.346,14	2.462,24	-
	PJe	231.265,11	618.854,67	666.383,59	190.809,95
<b>TOTAL</b>		<b>464.145,70</b>	<b>641.200,81</b>	<b>668.845,83</b>	<b>190.809,95</b>

## 6 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

### 6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	137
	PJe	641
	<b>TOTAL</b>	<b>778</b>
INFOJUD	SUAP	27
	PJe	3
	<b>TOTAL</b>	<b>30</b>
RENAJUD	SUAP	152
	PJe	7
	<b>TOTAL</b>	<b>159</b>
BNDT	Processos com registro de dados	534
	Processos com inclusão de devedor	370
	Processos com exclusão de devedor	292





	Processos com devedores inscritos	1.250
	<b>TOTAL</b>	<b>2.446</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## 7 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### 7.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos por amostragem no PJe e SUAP, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **14** despachos correicionais no PJe e **07** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

### 7.2 Gestão do Sistema Processual

No SUAP, foram identificados **34** protocolos pendentes de juntada ou apreciação. Recomenda a Corregedoria Regional a imediata juntada e apreciação de referidos protocolos.

#### 7.2.1 Agrupadores:

<b>Agrupador</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Processo mais antigo no agrupador</b>
Processos com pagamentos não apreciados Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	784	0001496-08.2016.5.13.0005 Entrada em 02.10.2017
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	20	0131597-70.2015.5.13.0005 Entrada em 24.11.2015
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciados	7	0000662-34.2018.5.13.0005 Entrada em 1º.08.2018
Processos com petições não	116	0130934-24.2015.5.13.0005



apreciadas		Entrada em 21.08.2018
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	228	-

A Secretaria do Juízo não tem dado a devida importância ao controle e acompanhamento de petições contidas nos agrupadores, pelo que determina a Corregedoria Regional a imediata adoção e execução de plano de trabalho para gerenciamento e atualização diária dos agrupadores.

## 8 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>122%</b>
Unidade Correicionada	<b>150%</b>

<b>Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>153%</b>
Unidade Correicionada	<b>136%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2018**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **576** casos novos (por distribuição) e **723** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **136%**.

<b>Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>106%</b>
Unidade Correicionada	<b>107%</b>

**Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em**



<b>relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>84%</b>
Unidade Correicionada	<b>114%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>111%</b>
Unidade Correicionada	<b>97%</b>

<b>Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>114%</b>
Unidade Correicionada	<b>136%</b>

## **9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, a saber: a) reduzir o prazo de juntada de protocolo/conclusão; b) priorizar a apreciação de tutelas antecipadas; c) estimular, por meio de discussão, modalidades de divisão de tarefas por faixa processual no PJe; d) gerenciar as informações oriundas do Sistema Hórus, identificando os entraves de gestão; e) promover reuniões com o fim de dirimir pendências; f) designar maior número de servidores para ter acesso às ferramentas eletrônicas.



## 10 IGEST

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo**, **Celeridade**, **Produtividade**, **Taxa de Congestionamento** e **Força de Trabalho**.

De acordo com a nova ferramenta, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:

### MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18

Data da última atualização do relatório: 23/07/2018

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	1º	1º	10º	1º	2º	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	3º	2º	6º	2º	1º	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	3º	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	4º	3º	8º	4º	4º	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	7º	6º	3º	7º	9º	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	6º	10º	5º	5º	8º	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	8º	7º	1º	9º	7º	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	5º	9º	9º	8º	6º	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	10º	8º	2º	6º	5º	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	9º	5º	7º	10º	10º	10º

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1\*):

### MESOINDICADORES POR RESULTADO

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18

Ordenado pelo IGEST

Data da última atualização do relatório: 23/07/2018

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	0,1666	0,0599	0,7215	0,1138	0,3219	0,2767	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	0,3418	0,3812	0,4787	0,3042	0,1950	0,3402	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	0,2967	0,4603	0,4648	0,3484	0,3481	0,3837	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	0,3742	0,4323	0,5286	0,5479	0,4609	0,4688	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	0,6308	0,5415	0,4569	0,6007	0,5194	0,5499	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	0,5533	0,6493	0,4765	0,5574	0,5190	0,5511	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	0,6446	0,5657	0,4114	0,6249	0,5144	0,5522	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	0,4238	0,6267	0,5876	0,6204	0,5049	0,5527	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	0,6861	0,6112	0,4526	0,5942	0,4880	0,5664	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	0,6463	0,4888	0,5149	0,6649	0,5890	0,5808	10º

Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade



## **11 RECOMENDAÇÕES**

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

### **Aos Juízes:**

#### **1 Recomendações gerais:**

- a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- b) observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida;
- c) intensifiquem a prática de uso dos sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- d) continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) determinem o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- h) acompanhem a gestão de pauta em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista;

#### **2) Recomendações específicas:**



- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) determinem o imediato arquivamento daquelas ações julgadas improcedentes que aguardam, tão somente, a quitação de honorários periciais com pagamento requisitado à SPF;
- c) abstenham-se de processar IDPJs – Incidentes de Desconsideração da Personalidade Jurídica – em autos apartados como se execuções provisórias fossem, passando a processá-los nos próprios autos principais até que sobrevenha normativo da CGJT a tratar da matéria.

## **Ao Diretor de Secretaria**

### **1 Recomendações gerais:**

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

### **2 Recomendações específicas:**

Inconsistência	Recomendação
ConPag 0000586-10.2018.5.13.0005	Controlar e acompanhar, habitual e



RTOrd 0000400-58.2016.5.13.0004 Ausência de lançamento dos valores pagos	rotineiramente, o lançamento de todos os valores pagos na movimentação processual
RTOrd 0000037-68.2016.5.13.0005 Processo sobrestado com prazo expirado	Acompanhar o término dos prazos dos sobrestamentos dos feitos para imediata conclusão ao magistrado
RTOrd 0002230-56.2016.5.13.0005 RTSum 0000032-75.2018.5.13.0005 Processos com prazo vencido para apresentação de cálculos pelo perito, sem providências posteriores do Juízo	Proceder à imediata conclusão dos feitos ao magistrado
RTOrd 0001428-24.2017.5.13.0005 RTOrd 0001139-06.2017.5.13.0001 Processos paralisados desde março/2018 em caixa “Aguardando término de prazo” com recurso pendente de remessa à instância recursal	Adotar as providências necessárias à imediata remessa dos feitos à instância superior
RTOrd 0131079-17.2015.5.13.0026 Processo com prazo vencido desde maio/2018, paralisado em caixa “Aguardando término de prazo”	Acompanhar, habitual e rotineiramente, os processos que se encontram em controle de prazo para identificação daqueles cujos prazos escoaram e não foram impulsionados automaticamente para o fluxo “Prazos vencidos”
RTSum 0000006-77.2018.5.13.0005 RTOrd 0000581-56.2016.5.13.0005 RTOrd 0001513-44.2016.5.13.0005 RTOrd 0000805-91.2016.5.13.0005 RTOrd 0001564-55.2016.5.13.0005 Prática de atos de execução na fase de conhecimento	Proceder ao imediato impulsionamento dos feitos à fase seguinte
Oposic 0000475-26.2018.5.13.0005 Processo com classe processual equivocada, uma vez se tratar de execução provisória em autos suplementares. Tramita em paralelo a ação principal RTOrd 0001102-64.2017.5.13.0005	Alterar a classe processual e concluir o feito para extinção da execução provisória e juntada dos atos de execução na ação principal
RTSum 0000293-40.2018.5.13.0005 Foi determinado o arquivamento do feito desde 10.08.2018	Proceder ao imediato arquivamento do feito
ExProvAS 0000689-17.2018.5.13.0005 ExProvAS 0000561-94.2018.5.13.0005 ExProvAS 0000572-26.2018.5.13.0005 A Unidade tem autuado os IDPJ - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica como execução provisória	Concluir os feitos, de forma imediata, ao juiz para extinção das execuções provisórias e juntada das peças do incidente no processo principal
RTSum 0000067-06.2016.5.13.0005 Processo em recuperação judicial	Encaminhar o processo ao arquivo provisório, conforme determina o art. 82 da



	Consolidação dos Provimentos da CGJT
RTOrd 0000931-44.2016.5.13.0005 RTOrd 0000868-82.2017.5.13.0005 RTOrd 0132043-79.2015.5.13.0003 RTOrd 0001354-04.2016.5.13.0005 RTOrd 0130846-83.2015.5.13.0005 RTOrd 0000712-94.2017.5.13.0005 RTOrd 0001102-64.2017.5.13.0005 Processos (e outros tantos) com determinação de elaboração de cálculos sem o devido impulsionamento à liquidação	Diligenciar junto a todos os processos que se encontram em caixa “Cumprimento de Providencias – Liquidação” para verificar a possibilidade de impulsioná-los ao fluxo “Análise de conhecimento” - “Iniciar liquidação”
RTSum 0001730-87.2016.5.13.0005 Determinada a remessa à Contadoria desde 16.07.2018, sem providência da Secretaria	Orientar a equipe a praticar os atos processuais no prazo estabelecido no art. 228 do CPC

### **Aos servidores da Vara:**

#### **1 Recomendações gerais:**

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”;
- c) dispensem mais atenção quando do lançamento de prazos nos expedientes e sistema, de forma a evitar disparidade de prazo como ocorreu no processo 0000144-87.2017.5.13.0002, no qual o juiz concedeu prazo de 48 h (id. 8047Bec), mas o sistema foi alimentado com 48 dias;
- d) procedam ao registro, na movimentação processual, de todos os pagamentos e arrecadações efetuados, seja do valor integral ou parcial do crédito exequendo, seja de parcelas de acordo, bem como de recolhimentos das custas processuais, contribuições previdenciárias e imposto de renda.





## **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor destaca a regularidade da atividade judicial na 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, demonstrada pela padronização de procedimentos, correto ordenamento dos autos e clareza procedimental.

Constatou o Corregedor que a Unidade vem apresentando excelentes índices na Meta 1 do CNJ: **150%** no ano de 2017 e **136%** no atual exercício. Também se destaca pelo índice de **107%** em relação à Meta 2/2018.

A Unidade apresenta bom índice de conciliação no período correicionado (**32,97%**), superior ao registrado na correição anterior (**30,33%**), somado ao excelente resultado que já vem atingindo na Meta 3/2018 (**114%**).

A Unidade apresentou redução no tempo médio de duração do processo, especificamente do início da fase até o encerramento da execução, de **891** para **767**, fato este comprovado com o elogiável índice (**136%**) em relação à Meta 5/2018 do CNJ, motivo pelo qual incentiva e solicita esforços para a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Por outro lado, chama a atenção para a duração do processo na fase de conhecimento, em razão do aumento no tempo médio de duração do processo do ajuizamento à prolação da sentença - de **140** dias no ano de 2016 para **152** no exercício de 2017, acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias).

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece o esforço, a dedicação e o comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

## **13 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com os Magistrados Titular, Substituto fixo e



servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

#### **14 AGRADECIMENTOS**

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular, Paulo Henrique Tavares da Silva, ao Juiz Substituto fixo, Francisco de Assis Barbosa Júnior, ao Diretor de Secretaria, Edivaldo Ferreira Pacheco Filho, e aos servidores Alex Carneiro da Cunha Nóbrega, Fernando Guerra Ribeiro, Francisco de Assis Meireles da Silva, Germana da Paz Gomes da Silva, Gilson Avellar Dantas, Jucieudes Antônio Dos Santos, Leopoldino Maia Paiva, Maria das Graças Pereira Vilar, Maria Zeneide Fernandes de Queiroga, Maurício Barbosa de Lira, Newton Roberto Mota e Rachel Maria Henriques Ribeiro pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

#### **15 ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 30 de agosto de 2018.

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**

**Desembargador Corregedor**